

Tempo para agir

○ pacote econômico lançado pelo Ministério da Fazenda precisa, antes de mais nada, de espaço político. Seus objetivos, centrados em reverter a curva da inflação em um período de noventa dias, constituem algo de ambicioso, mas não de impossível, como ensinam os mestres da Fundação Getúlio Vargas, com quem o ministro Francisco Dornelles encontrou-se na terça-feira. Para que isso aconteça, entretanto, o pacote precisa resistir a pressões.

A grosso modo, as medidas anunciadas no início da semana representam um esforço violento para reduzir a massa monetária, restringindo o crédito e evitando emissões. O corte de despesas por ele determinado significa a suspensão de quase todo o investimento do Estado, que tem sido um dos principais — senão o principal — motor do crescimento econômico.

Um esquema bastante parecido chegou a ser tentado durante o governo Geisel pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, cuja inspiração aliás é visível no pacote da Nova República. Só que a proposta de Simonsen não foi levada às últimas consequências. O governo Geisel, apesar do AI-5 e da força de que dispunha o Presidente, achou demasiada a pressão política que precisaria enfrentar caso aplicasse efetivamente o conjunto de medidas preconizadas por Simonsen.

Apesar da abertura política, apesar da multiplicidade do conjunto de forças que apoiou a candidatura Tancredo, apesar da recuperação de poder por parte do Congresso, a conjuntura política do momento abriu caminho para a implantação do pacote de Dornelles. Se não havia dúvida de que Tancredo, empossado, endossaria as medidas de seu ministro da Fazenda, o afastamento temporário do presidente eleito garantiu condições decisivas para que o pacote venha a ser realmente aplicado.

Rigorosamente falando, a maior parte da administração está paralisada. A maior parte das estatais não conta com nova direção, enquanto a antiga se limita a não deixar o barco parar. Muitos ministérios só têm, da confiança do ministro em exercício, o secretário-geral e o chefe de gabinete. Alguns, nem isso. A exceção, solitária, é o Ministério da Fazenda, onde todos os principais postos estão preenchidos, inclusive as diretorias do Banco Central e do Banco do Brasil.

Criou-se assim uma espécie de limbo em que se move, à vontade, a administração econômica. Embora não possa se prolongar indefinidamente o **suspense** gerado pelo estado de saúde do Presidente, com uma torcida nacional aguçada pelo laconismo e pela obscuridade das notas médicas, há ainda um previsível lapso de tempo a decorrer antes que se retome a rotina de pressões e contrapressões inerente à ação governamental. Há uma moratória, a permitir que remédios amargos como o pacote desta semana venham a ser ingeridos sem reações imediatas.

Com isso, a administração econômica ganha três meses vitais — os noventa dias previstos para o fechamento das torneiras do crédito — e tenta obter gás para agüentar mais tempo com medidas como a proibição de contratações pelo serviço público. Dentro desse período, é claro, não se verá a inflação cair vertiginosamente. Mas poderá haver quedas sensíveis, capazes de, segundo a equipe da Fazenda, reverter as expectativas inflacionárias. As empresas, o governo e a população em geral passariam a operar com previsão de uma inflação declinante, o que, inclusive, poderia gerar um clima favorável à manutenção do amargor do remédio.

Se efetivamente esse quadro vier a delinear-se, haverá esperança de que se repita por aqui algo semelhante à recuperação norte-americana, embora a **Reaganomics** que a determinou não corresponda exatamente ao receituário adotado desde segunda-feira. A recuperação poderia até ocorrer antes do prazo fatal de dez meses, o período que separa a posse do novo governo dos preparativos para as eleições gerais de 1986.

EDUARDO BRITO